

## SUCESSÃO FAMILIAR: TENDÊNCIAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

LUÍSA FANCELLI COELHO<sup>1</sup>; DÉCIO SOUZA COTRIM<sup>2</sup>; MÁRIO DUARTE  
CANEVER<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Acadêmica da Universidade Federal de Pelotas– [fancelli\\_luisa@hotmail.com](mailto:fancelli_luisa@hotmail.com)

<sup>2</sup>Professor Doutor da Universidade Federal de Pelotas – [deciocotrim@yahoo.com.br](mailto:deciocotrim@yahoo.com.br)

<sup>3</sup>Professor Doutor da Universidade Federal de Pelotas– [caneverm@gmail.com](mailto:caneverm@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Brasil é apresentada como principal componente estratégico no desenvolvimento rural brasileiro e do Rio Grande do Sul, sendo de fato importante a continuidade e estabilização dessa no meio rural através de estratégias de reprodução social. A sucessão familiar é uma interessante e importante temática, visto que há um interesse social para com a agricultura de base familiar, visto que ela promove a equidade e a inclusão social, além de uma diversificada oferta de alimentos para a população (MALUF, 2004).

Os padrões sucessórios dessa Agricultura Familiar até a década de 60 eram marcados pelo minorato (ultimogenitura), ou seja, o sucessor da propriedade era o filho mais novo, os outros filhos (não sucessores) eram compensados com dinheiro, animais ou implementos agrícolas, estimulando a continuidade da atividade rural, mesmo se em outro local. Além disso, esse padrão era visto como uma fábrica de agricultores familiares, inserido em uma lógica considerada como “ética da comunidade” (ABRAMOVAY, 1998). Ou seja, dentro da agricultura familiar era comum a sucessão familiar dentro do contexto social em que as famílias estavam adaptadas.

A partir da década de 70 teve início uma mudança nos padrões sucessórios de famílias rurais, sendo verificado pela adoção da primogenitura, pela redução do número de pessoas na unidade produtiva familiar e também de dois fatores identificados atualmente nas propriedades rurais brasileiras: Masculinização e envelhecimento da população rural (FROEHLICH, 2011). Ainda há poucos estudos claros em que são definidos determinantes para a mudança das estratégias sucessórias no Brasil e principalmente no Rio Grande do Sul, portanto o objetivo deste estudo é sistematizar as principais tendências encontradas na literatura consultada que afetam a sucessão familiar na agricultura familiar do Rio Grande do Sul.

### 2. METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema de sucessão familiar no Brasil, através da leitura de 10 artigos relevantes sobre o tema. Buscou-se na plataforma “Scielo” artigos que continham as palavras chaves “agricultura, sucessão familiar” e “êxodo rural”. Os artigos selecionados foram analisados e as ideias centrais de cada artigo foram sistematizadas para a identificação dos determinantes-chave. Os determinantes-chave para a caracterização dessa tendência à sucessão familiar no Rio Grande do Sul foram selecionados a partir de uma visão prática coletada na literatura e posteriormente referendada através

de conversas informais com alguns agricultores familiares da região sul do Rio Grande do Sul.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os principais determinantes selecionados estão no quadro 1 abaixo. É importante salientar que na literatura consultada não há uma restrição de determinantes, mas há uma ampla gama de fatores que influenciam na sucessão, além daqueles apresentados no quadro 1. Entre os não selecionados, poderia-se incluir a inserção social da família, o número de filhos e a capacitação dos familiares como determinantes que também podem influenciar na sucessão familiar dentro de uma unidade produtiva familiar.

Quadro 1. Principais determinantes e autores da sucessão na agricultura familiar.

DETERMINANTES	AUTORES
Gênero	Froehlich (2011), Brumer (2008), Mello (2003), Ferrari (2004).
Condução da sucessão pelos pais	Pasquetti (2014), Mello (2003), Ferrari (2004).
Escolaridade	Primaz (2014), Pasquetti (2014), Kosciuk (2014), Ferrari (2004).
Renda	Pasquetti (2014), Mello (2003), Ferrari (2004).
Pluriatividade	Anjos (2008), Ferrari (2004), Schneider (2001).

Fonte: COELHO, 2016.

Os principais determinantes da sucessão familiar são:

**Gênero:** Pode-se dizer que há uma crescente masculinização de jovens no campo desde o final da década de 60, em especial no estado do Rio Grande do Sul. Isso é apresentado por consequência da penosidade do trabalho para integrantes da família do sexo feminino e pela maneira em que o poder é reproduzido (MELLO, 2003). Ou seja, há uma cultura masculina de sucessão na agricultura familiar. Além disso, a família tradicional camponesa é composta por uma gestão patriarcal, portanto mulheres normalmente se envolvem em atividades agrícolas por conta do marido, através de sucessões matrimoniais (BRUMER, 2008). De acordo com a literatura consultada, a exclusão feminina na escolha dos sucessores familiares é fato. Por outro lado, também é interessante notar que a permanência das filhas como sucessoras é menor por elas, em geral, estudarem mais e terem outras opções ocupacionais não agrícolas. Assim, as filhas são normalmente escolhidas por *default* (exceção).

**Condução da sucessão pelos pais:** A vontade dos pais e o espaço em que eles permitem que os filhos atuem dentro da gerência na unidade produtiva é um importante aliado nas estratégias à sucessão familiar. A discussão da sucessão familiar na propriedade estimula fortemente a permanência de sucessores dentro da unidade produtiva familiar. Isto foi observado no município de Nova Candelária-RS, onde 100% das famílias entrevistadas em que discutiam a sucessão com os filhos tinham sucessores (PASQUETTI, 2014). A figura paterna na gestão da propriedade é ainda muito presente em unidades produtivas

familiares. Em estudo realizado no oeste de Santa Catarina, verificou-se que em apenas 29% dos casos a família decidia igualmente assuntos gerenciais da propriedade rural (MELLO, 2003). Além disso, há muitas vezes uma falta de interesse dos pais para com a permanência dos filhos na propriedade, além de uma crença de ilegitimidade da gestão dos filhos.

**Escola e escolaridade:** O grau de estudo dos filhos e o tipo de escola que frequentam são fatores que influenciam tanto para a permanência quanto para a saída dos possíveis sucessores. Em trabalho realizado no município de Teutônia - RS, cujo objetivo era avaliar a influência da Escola Dom Pedro I no desejo de permanecer ou sair do meio rural, conclui-se que os alunos entrevistados não foram influenciados pela escola no seu desejo sucessório (PRIMAZ, 2014). No entanto, os filhos de agricultores que frequentam a escola Casa Familiar Rural, no município de Seberi - RS, a qual possui uma construção pedagógica própria em prol da agricultura mostrou que 100% dos entrevistados confirmaram que foram influenciados positivamente pela escola para a permanência na propriedade rural (KOSCIUK, 2014). É notório, portanto, que o tipo de escola pode influenciar os alunos a desejarem ficar na propriedade familiar. Escolas ditas “regulares”, não favorecem a permanência, enquanto aquelas vocacionadas ao “mundo rural” tendem a reforçar a sintonia e o desejo de permanecer no meio rural. O nível escolar dos filhos de agricultores familiares também influi na decisão sucessória. Filhos com maior grau de escolaridade tendem a procurar emprego no meio urbano, enquanto aqueles que fizeram somente até a 4<sup>a</sup> série tendem a permanecer na propriedade (FERRARI, 2004). Isso é verificado também em função do gênero. Em geral, as mulheres possuem maior escolaridade que os homens, por isso este é mais um fator que explica o êxodo feminino em pesquisa realizada no oeste catarinense (FERRARI, 2004).

**Renda:** Dentro da linha de pesquisa realizada no oeste catarinense, as famílias foram divididas em três categorias de renda – os capitalizados, os em transição e os não capitalizados – Os filhos de pais capitalizados normalmente são mais estimulados a continuarem na propriedade. Aqueles com menor renda, normalmente, almejam buscar seu próprio sustento futuro em alternativas de renda não agrícolas e consequentemente deixam a propriedade (FERRARI, 2004). Os capitalizados possuem maior consciência em relação à sucessão familiar e normalmente não possuem problemas básicos (saneamento, banheiros, acesso a informação) em suas propriedades, o que confere melhor qualidade de vida.

**Pluriatividade:** Esse último tópico é instigante, pois a pluriatividade pode atuar tanto no sentido de fixar os sucessores na propriedade, quanto de estimulá-los a saírem. A existência de atividades alternativas (que complementam a renda agrícola) quando há um bom diálogo familiar e que torna a agricultura uma atividade prazerosa, pode influenciar positivamente na decisão sucessória (ANJOS, 2006). Pluriatividade é apontada como uma importante estratégia de reprodução social no sentido que dá a possibilidade que os integrantes da família ajudem dentro da unidade produtiva, ajudando nos custos da propriedade e na mão de obra, o que influencia positivamente na transferência de propriedade (SCHNEIDER, 2001). Observou-se também que famílias pluriativas possuem maior número de pessoas em um mesmo domicílio, portanto a taxa de sucessão é mais alta do que em famílias exclusivas (FERRARI, 2004).

## 4. CONCLUSÕES

Conclui-se então que os determinantes que influenciam a tomada de decisão na sucessão familiar no Rio Grande do Sul são: Gênero, condução da sucessão pelos pais, escola & escolaridade, renda e pluriatividade. A partir disso, poderão ser realizadas avaliações a campo para comprovar os principais determinantes e resgatar certas estratégias sucessórias para a permanência de jovens no meio rural.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KOSCIUK, E. HILLESHEIM, L. P. A casa familiar rural, a pedagogia da alternância e a sucessão familiar no município de Seberi. In: COTRIM, D. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**. ASCAR, 2014. Cap. 13, p. 292-312.

PASQUETTI, E. P. HILLESHEIM, L. P. A sucessão na agricultura familiar no município de Nova Candelária (RS). In: COTRIM, D. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**. ASCAR, 2014. Cap. 13, p. 267-291.

PRIMAZ, L. M. ZUCHI, C. M. A influência da família e da escola Dom Pedro I, localizada no espaço rural, na sucessão familiar. In: COTRIM, D. **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**. ASCAR, 2014. Cap. 13, p. 253-266.

FERRARI, D. L. ABRAMOVAY, R. SILVESTRO M. L. MELLO, M. A. TESTA, V. M. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: Ficar ou partir? **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

BRUMER, A. ANJOS, G. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista Nera**. Ano 11, n.12, 2008.

ANJOS, F. S. CALDAS, N. V. COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. SOBER, Fortaleza, 2006, ANAIS DO XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2006, 385.

MELLO, M. A. ABRAMOVAY, R. SILVESTRO, M. L. DORIGON, C. FERRARI, D. L. TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agric**, São Paulo: 50 (1): 11-24, 2003.

FROEHLICH, J. M. RAUBER, C. C. CARPES, R. H. TOEBE, M. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na região central do RS. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 41, n. 9, p. 1674-1680, 2011.

MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaios**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, 2004.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Porto Alegre, v.16, p. 164-184, 2001.